



Número: **0602609-24.2018.6.16.0000**

Classe: **PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Luiz Fernando Wowk Penteado**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - De Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Prestação de Contas relativa ao pleito de 2018, por AMILTON DOS SANTOS, CPF: 528.090.569-00, candidato ao cargo de Deputado Estadual, pelo Partido Republicano da Ordem Social - PROS.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ELEICAO 2018 AMILTON DOS SANTOS DEPUTADO ESTADUAL (RESPONSÁVEL)			
AMILTON DOS SANTOS (REQUERENTE)		MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4255566	08/08/2019 22:57	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ACÓRDÃO N.º 54.821**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS 0602609-24.2018.6.16.0000 – CURITIBA – PARANÁ**  
**RELATOR: LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO**  
**RESPONSÁVEL: ELEIÇÃO 2018 AMILTON DOS SANTOS DEPUTADO ESTADUAL**  
**REQUERENTE: AMILTON DOS SANTOS**  
**ADVOGADO: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - OAB/PR3272300A**  
**FISCAL DA LEI: PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL**

**EMENTA – ELEIÇÕES 2018 – PRESTAÇÃO DE CONTAS – LEI Nº 9.504/1.997 E RESOLUÇÃO TSE Nº 23.553 – IRREGULARIDADES FORMAIS QUE NÃO COMPROMETEM A ANÁLISE DAS CONTAS E A FISCALIZAÇÃO PELA JUSTIÇA ELEITORAL – CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.**

1. A ausência de recibos eleitorais é mera irregularidade formal quando os pagamentos dos gastos forem comprovados através de cheques ou transferências eletrônicas, não ensejando a desaprovação das contas, tampouco a devolução dos recursos públicos utilizados para quitação.
2. A ausência de comprovação do recolhimento de sobras de campanha viola o art. 53, § 1º, da Resolução TSE nº 23.553/2017. No particular, a diminuta importância de R\$ 0,07 dispensa a obrigação de devolução dos valores ao Tesouro Nacional.
3. Contas aprovadas com ressalvas.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 07/08/2019



## RELATÓRIO

AMILTON DOS SANTOS, candidato ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 2018, apresenta sua prestação de contas.

Publicado edital, não houve impugnação.

A Seção de Contas Eleitorais e Partidárias, após a primeira análise, emitiu relatório de expedição de diligências indicando: i) ausência dos seguintes documentos: mandato para constituir advogado, extrato da conta do FEFC, outros recursos e Fundo Partidário, comprovante de recolhimento das sobras do FEFC e documentos fiscais que comprovem a regularidade dos gastos com o FEFC; ii) ausência de contratação de veículo em razão de existirem despesas com combustíveis; iii) divergências entre os dados dos fornecedores; iv) irregularidade no uso de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha; e v) divergências na movimentação financeira registrada na prestação de contas e aquela registrada nos extratos eletrônicos (id. 2741266).

Devidamente intimado, o candidato apresentou prestação de contas retificadora, com intuito de suprir as falhas apontadas.

Em nova análise, o órgão técnico emitiu parecer conclusivo, reiterando que ausência de comprovação dos gastos do FEFC com atividades de militância e mobilização de rua, com recursos do FEFC e a existência de sobras de recursos do FEFC (id. 3526566).

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, por sua vez, apresentou manifestação, opinando pela aprovação da contas com ressalvas (id. 3690916).

É o relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

O candidato apresentou durante o período eleitoral a prestação de contas parcial exigida pela legislação. A apresentação das contas se deu de forma tempestiva e houve plena possibilidade de apreciação das informações trazidas por parte do setor técnico deste Tribunal Regional Eleitoral, que opinou pela aprovação das contas com ressalvas.



Ao final das análises feitas, o setor técnico apontou como remanescente as seguintes irregularidades:

- a) ausência de comprovação dos gastos do FEFC com atividades de militância e mobilização de rua; e
- b) Existe sobra de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no valor de R\$ 0,07.

Para melhor apreciação do feito, passo a análise das irregularidades separadamente:

- a) ausência de comprovação dos gastos do FEFC com atividades de militância e mobilização de rua.

Nesse ponto, friso que o artigo 63 da Resolução TSE nº. 23.553 estabelece a necessidade dos candidatos apresentarem comprovantes dos pagamentos referentes a despesas de campanha, senão vejamos:

*Art. 63. A comprovação dos gastos eleitorais deve ser feita por meio de documento fiscal idôneo emitido em nome dos candidatos e partidos políticos, sem emendas ou rasuras, devendo conter a data de emissão, a descrição detalhada, o valor da operação e a identificação do emitente e do destinatário ou dos contraentes pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ e endereço.*

*§ 1º Além do documento fiscal idôneo a que se refere o caput, a Justiça Eleitoral poderá admitir, para fins de comprovação de gasto, qualquer meio idôneo de prova, inclusive outros documentos, tais como:*

*I - contrato;*

*II - comprovante de entrega de material ou da prestação efetiva do serviço;*

*III - comprovante bancário de pagamento; ou*

*IV - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações da Previdência Social (GFIP).*

*§ 2º Quando dispensada a emissão de documento fiscal, na forma da legislação aplicável, a comprovação da despesa pode ser feita por meio de recibo que contenha a data de emissão, a descrição e o valor da operação ou prestação, a identificação do destinatário e do emitente pelo nome ou razão social, CPF ou CNPJ, endereço e assinatura do prestador de serviços.*

Nesse contexto, a utilização dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) possui aplicações específicas e requer rigoroso controle por parte da Justiça Eleitoral, de modo que, nas prestações de contas, devem ser minuciosamente discriminadas as despesas com ele realizadas (art. 56, I, c, e art. 63, todos da Res. TSE nº 25.553/2017).



No caso em apreço, o parecer conclusivo aponta que o candidato não apresentou recibo de pagamento referente à contratação do cabo eleitoral Nelson de Almeida Santos, no valor de R\$ 350,00, juntando apenas contrato e cheque nominal, sem contraparte no extrato eletrônico.

Conforme entendimento já esposado em julgamentos anteriores, entendo que o pagamento através de cheques ou transferência eletrônica comprova satisfatoriamente a fonte dos recursos utilizados para pagamento, bem como os beneficiários, não havendo óbice a atividade de fiscalização, configurando, portanto, mera irregularidade formal a não apresentação do recibo, que não importa na desaprovação das contas, tampouco na devolução dos valores utilizados.

No caso em apreço, em consulta ao sistema SPCE, verifica-se que o pagamento foi efeito através de cheque nominal, não subsistindo a inconsistência na sua comprovação, sendo suficiente a aposição de ressalva.

Confira-se:

Logo, este apontamento indicado pelo setor técnico não impediu a fiscalização por parte da Justiça Eleitoral, o que atrai a necessidade tão somente de aposição de ressalva.

b) Existe sobra de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha no valor de R\$ 0,07.

O parecer técnico aponta que o prestador não comprovou o recolhimento de recursos financeiros no importe de R\$ 0,07, que foram declarados em suas contas.

De fato, a ausência de comprovação do recolhimento de sobras de campanha viola o art. 53, § 5º, da Resolução TSE nº 23.553/2017.



Ocorre que, na espécie, o banco Itaú oficiou este TRE informando que procedeu a transferência desde valor para o órgão partidário, bem como efetuou o encerramento da conta. Confira-se:

DE														
AG	CTA	DAC	CATEG	CNPJ_14	CANDIDATO	CARGO	UF	DT TRANSF	Valor	Banco	Ag	Conta	DV	Ti
2908	21229	9	348	31236282000154	AMILTON DOS SANTOS	DEPUTADO ESTADUAL	PR	23/05/19	0,07	104	373	5007	9	PJ
7878	12447	3	348	31240937000168	NILSON ROBERTO PESSUTTI FILHO	DEPUTADO FEDERAL	PR	23/05/19	0,35	104	1565	498	7	PJ
7878	12447	3	348	31240937000168	NILSON ROBERTO PESSUTTI FILHO	DEPUTADO FEDERAL	PR	23/05/19	0,35	104	1565	498	7	PJ
2929	88677	4	348	31192257000116	JESTER LUIZ FURTADO	DEPUTADO FEDERAL	PR	23/05/19	0,43	001	3596-3	412570	3	RI
5667	6296	1	348	31195124000101	DEBORA SILVA CORDEIRO ANDRADE	DEPUTADO ESTADUAL	PR	23/05/19	0,57	104	1316	1829	0	DI
3892	34534	3	348	31236872000187	DIRCEU MOREIRA CARRIEL	DEPUTADO ESTADUAL	PR	23/05/19	71,7	104	1610	434	4	PJ
0616	98178	3	348	31224080000192	WANDERLEI LOREIRA ALVES	DEPUTADO FEDERAL	PR	23/05/19	107,22	104	0375	5571	3	PR

Entretanto, por se tratar de sobras de recursos oriundos do FEFC, esse valor deveria ter sido recolhido ao Tesouro Nacional e não ao partido.

Embora a transferência não tenha sido feito ao correto destinatário, anoto que o valor é ínfimo e irrisório, não sendo recomendável determinar a correção da destinação e o recolhimento desse valor por GRU para o Erário.

No mais, essa falha não compromete a apreciação das contas, autorizando apenas a oposição de ressalvas.

Friso, por fim, que as irregularidades correspondem a diminuta importância de 3,06% do total de receitas, o que o justifica a aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, para aprovas as contas com ressalvas.

Nesse sentido, destaco recente julgado proferido por esta Corte:

*EMENTA - ELEIÇÕES 2016 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA - PARTIDO POLÍTICO - DIRETÓRIO ESTADUAL. PMDB - LEI 9.504/97 E RESOLUÇÃO TSE Nº 23.463/2015 - AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DE RECURSOS ADVINDOS DO FUNDO PARTIDÁRIO. VALORES RELATIVOS A TRANSFERÊNCIAS EFETIVADAS DIRETAMENTE DA CONTA DO FUNDO PARTIDÁRIO À CONTA DE CAMPANHA DE CANDIDATOS E DEVIDAMENTE DECLARADOS NAS CONTAS. POSSIBILIDADE - EXISTÊNCIA DE DÍVIDA DE CAMPANHA POSTERIORMENTE QUITADA PELA AGREMIÇÃO PARTIDÁRIA. OMISSÃO DE DESPESAS APONTADAS NA CIRCULARIZAÇÃO DE PEQUENA MONTA. IRREGULARIDADES QUE NÃO COMPROMETEM A ANÁLISE E VERIFICAÇÃO DAS CONTAS - CONTAS APROVADAS COM RESSALVAS.*

(...)

*2. Omissões de gastos no valor total de R\$ 3.110,49, apontadas no relatório de circularização e não comprovadas pelo partido, que representam 0,582% do total gasto pelo Diretório Estadual, permite a aplicação do princípio da proporcionalidade e razoabilidade para aprovar as contas com ressalvas. Precedentes jurisprudenciais.*

*3. Superadas as irregularidades apontadas pelo setor técnico e havendo efetivamente a possibilidade da verificação e análise das contas por esta Justiça Especializada, subsistindo irregularidades meramente formais e que não comprometem o conjunto da prestação de contas, essas devem ser aprovadas com ressalvas.*



*(PRESTACAO DE CONTAS n 57414, ACÓRDÃO n 54030 de 26/06/2018, Relator(a) ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 02/07/2018)*

Portanto, concluo que os vícios apontados não dão, por si só, ensejo à desaprovação das contas, devendo ser aprovadas com ressalvas.

### **DISPOSITIVO**

Ante o exposto, acolho o parecer técnico e a manifestação do Ministério Público Eleitoral e voto no sentido de se aprovar com ressalvas as contas relativas às eleições de 2018 apresentadas por AMILTON DOS SANTOS.

É o voto.

**DES. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO – RELATOR**

### **EXTRATO DA ATA**

PRESTAÇÃO DE CONTAS Nº 0602609-24.2018.6.16.0000 - CURITIBA - PARANÁ - RELATOR: DES. LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO - REQUERENTE: AMILTON DOS SANTOS - ADVOGADO DO REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR3272300A

### **DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou as contas, com ressalvas, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Gilberto Ferreira. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Senhores Desembargadores: Desembargador Tito Campos de Paula, Jean Carlo Leeck, Desembargador Luiz Fernando Wowk Penteado, Rogério de Assis, Carlos Alberto Costa Ritzmann e Graciane Aparecida do Valle Lemos - substituta em exercício. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Eloísa Helena Machado

SESSÃO DE

07.08.2019.



